



BACHARELADO EM PSICOLOGIA

SAMARA LOPES DA SILVA

**OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA AUSÊNCIA PATERNA NO
DESENVOLVIMENTO FEMININO A LUZ DA PSICANÁLISE: A INTERDIÇÃO DO
TORNAR-SE MULHER**

Conceição do Coité, BA

2025

SAMARA LOPES DA SILVA

**OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA AUSÊNCIA PATERNA NO
DESENVOLVIMENTO FEMININO A LUZ DA PSICANÁLISE: A INTERDIÇÃO DO
TORNAR-SE MULHER**

Artigo científico apresentado à Faculdade da
Região Sisaleira como Trabalho de Conclusão
de Curso para obtenção do título de Bacharela
em Psicologia.

Orientador: Prof. Esp. Aderilson Anunciação de
Oliveira

Conceição do Coité, BA

2025

Ficha Catalográfica elaborada por:
Keite Birne de Lira – Bibliotecária
CRB: 5/1953

S586 Silva, Samara Lopes da
Os impactos psicológicos da ausência paterna no desenvolvimento feminino a luz da psicanálise: a interdição do tornar-se mulher / Samara Lopes da Silva. – Conceição do Coité: FARESI, 2025.
24f.;

Orientador: Prof. Aderilson Anunciação de Oliveira
Artigo científico (bacharel) em Psicologia. – Faculdade da Região Sisaleira - FARESI. Conceição do Coité, 2025.

1. Função paterna. 2. Constituição do feminino. 3. Psicanálise. 4. Subjetividade. 5. Ausência simbólica. I. Faculdade da Região Sisaleira – FARESI. II. Oliveira, Aderilson Anunciação de. III. Título.

CDD: 616.8917

SAMARA LOPES DA SILVA

**OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA AUSÊNCIA PATERNA NO
DESENVOLVIMENTO FEMININO A LUZ DA PSICANÁLISE: A INTERDIÇÃO DO
TORNAR-SE MULHER**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Psicologia, pela Faculdade da Região Sisaleira.

Aprovado em 16 de junho de 2025.

Banca Examinadora:

Aderilson Anunciação de Oliveira / aderilson.oliveira@faresi.com.br

Rafael Reis Bacelar Antón / tcc@faresi.edu.br

Rafael Lima Bispo / docente.rafael.bispo@faresi.edu.br



Rafael Reis Bacelar Antón

Presidente da banca examinadora

Coordenação de TCC – FARESI

Conceição do Coité-BA

2025

OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA AUSÊNCIA PATERNA NO DESENVOLVIMENTO FEMININO A LUZ DA PSICANÁLISE: A INTERDIÇÃO DO TORNAR-SE MULHER

Samara Lopes da Silva¹

Aderilson Anunciação²

RESUMO

O presente estudo propõe-se a analisar os impactos psíquicos decorrentes da ausência paterna no processo de constituição da identidade feminina, sob a ótica da psicanálise. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho teórico-bibliográfico, que articula autores clássicos e contemporâneos, como Freud, Lacan, Winnicott, Beauvoir e Butler, no intuito de compreender o papel estruturante da função paterna na construção do feminino. A função simbólica do pai revela-se essencial para a separação da díade mãe-bebê e para a inserção do sujeito na ordem da linguagem e da cultura. A carência dessa função pode comprometer a elaboração da falta, fragilizando a posição subjetiva da mulher e dificultando sua constituição enquanto sujeito de desejo. Entretanto, verifica-se que tal função não está necessariamente vinculada à presença física do pai biológico, podendo ser exercida por outras figuras que assumam simbolicamente esse lugar. A análise indica que a escuta clínica, os vínculos afetivos consistentes e o acesso a referências simbólicas positivas constituem caminhos possíveis para a resignificação da ausência e o fortalecimento do feminino. Conclui-se que o tornar-se mulher é um percurso simbólico singular, atravessado por identificações, faltas e processos de subjetivação, que pode ser reconstruído mesmo diante da ausência paterna.

Palavras-chave: função paterna; constituição do feminino; psicanálise; subjetividade; ausência simbólica.

¹ Discente do curso de Bacharelado em Direito. E-mail: samara.silva@faresi.edu.br.

² Orientadora. Docente do curso de Direito. E-mail: docente.aderilson.oliveira@faresi.edu.br.

ABSTRACT

This study aims to analyze the psychic impacts resulting from paternal absence in the process of constituting female identity, from the perspective of psychoanalysis. It is a qualitative research with a theoretical-bibliographic approach, which integrates classical and contemporary authors such as Freud, Lacan, Winnicott, Beauvoir, and Butler, in order to understand the structuring role of the paternal function in the construction of the feminine. The symbolic function of the father proves essential for the separation of the mother-infant dyad and for the insertion of the subject into the order of language and culture. The lack of this function may compromise the processing of absence, weakening the subjective position of the woman and hindering her constitution as a subject of desire. However, it is noted that such a function is not necessarily tied to the physical presence of the biological father, as it can be exercised by other figures who symbolically assume this place. The analysis indicates that clinical listening, consistent affective bonds, and access to positive symbolic references constitute possible paths for the re-signification of absence and the strengthening of the feminine. It is concluded that becoming a woman is a singular symbolic journey, marked by identifications, lacks, and processes of subjectivation, which can be reconstructed even in the face of paternal absence.

Keywords: paternal function; constitution of the feminine; psychoanalysis; subjectivity; symbolic absence.

1 INTRODUÇÃO

Desde os estudos de Freud (1996), a psicanálise tem se ocupado da questão do feminino, concebendo-o não como uma essência fixa ou natural, mas como uma construção subjetiva complexa. No texto *A feminilidade* (1933), Freud reconhece a dificuldade de definir esse conceito ao afirmar: “a grande pergunta que nunca foi respondida e que ainda não sou capaz de responder, apesar dos meus trinta anos de pesquisa sobre a alma feminina, é: o que quer uma mulher?”. Tal afirmação evidencia que, no campo psicanalítico, o feminino não se restringe a determinações biológicas ou papéis sociais normativos, configurando-se, antes, como uma dimensão singular da experiência psíquica.

Lacan aprofunda essa discussão ao afirmar, em seu *Seminário 20 – Encore* (1972–1973), que “A mulher não existe” (Lacan, 2008, p. 13). Longe de uma negação da realidade feminina, essa formulação indica a ausência de um universal que defina o ser-mulher. Para o autor, o feminino integra a lógica do “não-todo” (*pas-tout*), isto é, uma forma de existência que escapa à totalização fálica do simbólico. Assim, o feminino estaria mais vinculado ao real e ao que excede a linguagem, configurando-se como uma experiência singular e heterogênea.

Na formação da identidade feminina, o Complexo de Electra é um conceito importante. Jung (2000) criou essa ideia como um equivalente ao Complexo de Édipo descrito por Freud (1910). Para o autor, enquanto o menino deseja a mãe e vê o pai como rival, a menina dirige seu desejo inconsciente ao pai e percebe a mãe como rival. Esse processo acontece entre os três e seis anos de idade e influencia diretamente a feminilidade.

Freud, por outro lado, não aceitou o termo “Complexo de Electra” e preferiu manter sua explicação original. Freud (1931), afirma que a menina, inicialmente identificada com a mãe, ao notar a ausência do falo (chamada de castração), direciona seu desejo para o pai, vendo a maternidade como uma forma de compensação simbólica dessa perda.

A função paterna, tanto em Freud quanto em Lacan (1923), aparece como essencial para o desenvolvimento psíquico. Freud já associava a figura do pai à autoridade e à lei, papel fundamental para que a criança supere o Complexo de Édipo e forme seu superego (Freud, 1923). Lacan, por sua vez, propõe o conceito de “Nome-do-Pai”, que representa não apenas a figura paterna, mas uma função

simbólica que introduz a criança na linguagem e nas normas sociais (Lacan, 1958/1998). É por meio dessa função que o sujeito se separa da relação fusional com a mãe e passa a construir um desejo próprio.

Outro ponto principal é o conceito de falta. Para Lacan (1958), a falta não é algo que precisa ser eliminado, mas sim uma condição estrutural do sujeito. É ela que faz surgir o desejo – um desejo que nunca se completa, sempre em movimento (Lacan, 1960/1998). Colette Soler (2001) reforça que essa falta é permanente e essencial à estrutura psíquica. Já Maria Rita Kehl (2000) observa que vivemos em uma sociedade que nega essa falta, promovendo uma busca incessante por satisfação e dificultando a elaboração psíquica das frustrações. Quando o sujeito consegue simbolizar essa falta, constrói-se de maneira mais estruturada; quando isso não acontece, surgem sintomas, angústias e sofrimentos que muitas vezes não conseguem ser simbolizados.

A construção do feminino implica o reconhecimento da falta, a elaboração das identificações parentais e a inserção na linguagem e na cultura. A conhecida afirmação de Beauvoir — “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1949/2009, p. 11) — sustenta importantes reflexões no campo psicanalítico, ao enfatizar o caráter simbólico e subjetivo desse processo, desvinculando-o de determinismos biológicos.

Muitas mulheres, em suas vivências clínicas, têm dificuldades em se apropriar de um lugar desejante, muitas vezes reduzidas à função materna como única via simbólica. O tornar-se mulher, então, exige um processo de diferenciação em relação à mãe, de elaboração da castração simbólica e de assunção de um desejo próprio (Bleichmar, 2005).

O feminismo, ao longo das últimas décadas, tem questionado a predominância da perspectiva fálica na psicanálise, argumentando que essa visão limita a compreensão do feminino e reforça um modelo de subjetividade centrado na figura masculina. Autoras como Irigaray (1977) e Kristeva (1980) propõem uma revisão dos conceitos psicanalíticos, defendendo a importância de um pensamento que reconheça o feminino não como uma negativa do masculino, mas como uma experiência própria e autônoma. Esse movimento critica a tendência da psicanálise em associar o feminino à falta e à castração, sugerindo que tal abordagem reduz as mulheres a uma posição secundária e submissa, sem considerar as especificidades de sua subjetividade e desejo.

Esta pesquisa parte da premissa de que, apesar dos avanços teóricos na psicanálise, persiste uma dificuldade significativa, tanto na prática cotidiana quanto no contexto profissional, em compreender o feminino como uma construção diversa e complexa. Frequentemente, manifestações que divergem dos padrões tradicionais são interpretadas como anomalias, o que contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos.

Diante disso, este estudo teve por objetivo analisar, sob a ótica da psicanálise, os impactos psicológicos da ausência paterna no desenvolvimento feminino, explorando como a falta dessa figura influencia o processo de constituição do feminino e o tornar-se mulher. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura que busca oferecer uma reflexão que vá além de essencialismos, entendendo o feminino como uma posição subjetiva múltipla, atravessada por desejos, faltas e pela constante tensão entre o inconsciente e a cultura.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-bibliográfica, com enfoque descritivo e analítico. A escolha por essa abordagem justifica-se pelo objetivo de compreender, à luz da psicanálise, os impactos da ausência paterna no desenvolvimento da identidade feminina, especialmente no processo de tornar-se mulher. Conforme Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa bibliográfica não se limita ao levantamento de fontes, mas implica uma análise crítica dos principais conceitos, teorias e debates já consolidados na área, permitindo construir uma base sólida para novas interpretações.

A investigação consistiu em uma revisão de literatura fundamentada em obras clássicas e contemporâneas da psicanálise, priorizando autores que discutem a função paterna, a constituição do feminino, a castração simbólica e o processo de subjetivação. Entre os autores selecionados, destacam-se Freud, Lacan, Bleichmar, Winnicott e Soler, além de contribuições filosóficas e feministas de Beauvoir, Butler e Gilligan, que complementam a leitura psicanalítica ao problematizar a construção social do gênero.

Foram analisados artigos científicos, livros e capítulos publicados entre 1975 e 2017, com foco nos acervos da base de dados SciELO, Periódicos CAPES e livros de referência da área. A seleção dos materiais seguiu critérios de relevância teórica,

rigor metodológico e pertinência ao tema. Textos que abordavam a ausência paterna por perspectivas que não dialogam com a psicanálise — como o behaviorismo, o cognitivismo ou a sociologia — foram excluídos, assim como publicações sem fundamentação científica ou que não discutiam diretamente a constituição subjetiva do feminino.

A busca foi realizada em três idiomas (português, espanhol e inglês), utilizando os seguintes descritores: “Feminilidade e Psicanálise”, “Identidade Feminina” e “Referencial Paterno” (português); “Feminidad y Psicoanálisis”, “Identidad Femenina” e “Referencia Paterna” (espanhol); e “Femininity and Psychoanalysis”, “Female Identity” e “Paternal Reference” (inglês). Os resultados foram organizados em categorias temáticas que permitiram articular os conceitos psicanalíticos ao objetivo da pesquisa.

A análise dos textos não se limitou à descrição de conteúdos, mas buscou comparações entre diferentes autores, identificação de pontos de convergência e tensão, e mapeamento de lacunas teóricas. Esse processo favoreceu a elaboração de uma discussão crítica e integrada, possibilitando compreender como a ausência da função paterna pode impactar o desenvolvimento do feminino, de forma simbólica e psíquica.

3 RESULTADOS

3.1 A FUNÇÃO PATERNA NA PSICANÁLISE

Para além dos referenciais clássicos da psicanálise, autores contemporâneos, como Birman (2006), têm se debruçado sobre o enfraquecimento da função paterna no contexto da pós-modernidade. O autor evidencia os impactos decorrentes da desestruturação das referências simbólicas tradicionais, em um cenário marcado por intensa fluidez social e instabilidade identitária. Nessa conjuntura, observa-se um comprometimento da capacidade de internalização da Lei simbólica, o que repercute diretamente na constituição psíquica do sujeito e em sua possibilidade de inserção plena na cultura.

Diante desse quadro, torna-se imprescindível reconceituar a função paterna não como um papel fixo, vinculado exclusivamente à figura do pai biológico, mas como uma função simbólica que pode ser encarnada por diferentes figuras

investidas de autoridade simbólica. Essa concepção dialoga com a perspectiva proposta por Mannoni (1984), ao conceber o pai como aquele que ocupa o lugar daquele que “não sabe tudo”, possibilitando à criança o acesso à experiência da falta e da alteridade. O exercício dessa função simbólica mostra-se essencial para o desenvolvimento de uma subjetividade autônoma, não alienada ao desejo do Outro.

Na perspectiva psicanalítica, a função paterna transcende a figura do pai biológico e assume um papel simbólico fundamental na constituição do sujeito. Esta função é responsável por mediar a relação entre a criança e a mãe, promovendo a separação psíquica necessária à inserção do sujeito na cultura e na linguagem. Desde Freud, o pai é compreendido como aquele que introduz a Lei, interditando o gozo absoluto e funcionando como ponto de referência para a formação do ego (Freud, 1923). No contexto do complexo de Édipo, a figura paterna emerge como elemento estruturante, limitando o desejo incestuoso e organizando a triangulação psíquica.

Lacan (1958/1959) reformula a noção freudiana ao introduzir o conceito de "*Nome-do-Pai*", concebido como um significante que representa a Lei e permite a transição do sujeito do registro imaginário para o simbólico. Esse operador simbólico é o que possibilita a inscrição na linguagem e a constituição da alteridade. A ausência ou falha dessa função pode levar à forclusão do Nome-do-Pai, mecanismo que, segundo Lacan (1957/1958), está na base estrutural da psicose.

No texto "*O mito individual do neurótico*", Lacan (1952/2008) argumenta que a imagem do pai sofre uma degradação inevitável, o que compromete parcialmente sua eficácia simbólica. O autor ressalta que há uma disparidade inevitável entre o pai real e a instância simbólica da função paterna — disparidade esta que, ainda que natural, pode adquirir caráter patológico. Porge (1997/2013) também destaca essa tensão ao observar que o conceito lacaniano de "*Nome-do-Pai*" frequentemente carrega uma conotação depreciativa, sugerindo uma função marcada por certa insuficiência.

Importa sublinhar que, para Lacan, essa insuficiência não deve ser interpretada como sintoma de uma crise da autoridade familiar contemporânea, mas como reflexo de uma condição estrutural do próprio sistema simbólico. Trata-se, portanto, de um limite inerente à operação simbólica e não de um mero desajuste histórico-social.

De modo complementar, Winnicott (1975) oferece uma abordagem mais relacional da função paterna. Para o autor, o pai atua como sustentáculo emocional da díade mãe-bebê, exercendo um papel crucial no processo de separação-individuação. Ao prover um ambiente estável e seguro, o pai contribui para o fortalecimento do self verdadeiro, promovendo tanto a autonomia quanto a integração do sujeito ao mundo externo.

Autores como Kupfer (2000) e Mannoni (1984) ampliam o escopo da função paterna ao argumentar que ela pode ser exercida por diferentes figuras, desde que estas consigam ocupar simbolicamente o lugar de mediação e diferenciação frente ao desejo materno. Tal abordagem é especialmente pertinente diante das transformações nas configurações familiares contemporâneas, permitindo compreender a paternidade como uma função que se descola do modelo tradicional e que pode ser desempenhada por múltiplos agentes.

3.2 A CONSTRUÇÃO DO FEMININO E O PROCESSO DE TORNAR-SE MULHER

A clínica psicanalítica contemporânea tem evidenciado uma crescente incidência de conflitos relacionados à identidade de gênero, nos quais a vivência do feminino se apresenta de maneira fragmentada, permeada por incertezas, inseguranças e uma constante busca por pertencimento. Conforme aponta Birman (2006), tais manifestações estão vinculadas à carência de referenciais simbólicos consistentes, capazes de favorecer a identificação com modelos positivos de feminilidade.

Ademais, a constituição do feminino encontra-se profundamente atravessada por discursos culturais e midiáticos que estabelecem padrões idealizados de corpo, conduta e desejo. Essas imposições normativas tendem a acentuar sentimentos de inadequação, sobretudo na ausência de mediações simbólicas que possibilitem à jovem elaborar uma imagem de si mesma que seja coerente com seus afetos e vivências subjetivas. Nesse cenário, a função paterna assume um papel estruturante ao favorecer a constituição de um espaço de diferenciação frente ao Outro social, contribuindo para a construção de uma identidade mais integrada e singular.

A constituição do feminino, no campo da psicanálise, é compreendida como um processo dinâmico e complexo, que ultrapassa determinismos biológicos e se inscreve na articulação entre fatores históricos, culturais e subjetivos. O feminino

não se define pela anatomia, mas pela posição que o sujeito ocupa em relação ao desejo, à castração e à alteridade. Freud (1933), ao abordar a sexualidade feminina, a caracteriza como um enigma, indicando que o processo de tornar-se mulher envolve uma reorganização psíquica em torno da ausência do falo, bem como a identificação progressiva com a mãe e, posteriormente, com o pai.

Lacan (1972/1973), ao retomar a questão freudiana, propõe que o feminino se constitui como um campo que escapa à lógica fálica. A mulher, segundo o autor, situa-se como “não-toda” no universo da significação simbólica, ocupando um lugar de exterioridade em relação à ordem fálica. Esta posição confere ao feminino uma relação específica com o gozo, que não se limita ao gozo fálico e aponta para uma dimensão suplementar, inominável e fora da linguagem. Tal formulação implica uma crítica às normativas de gênero baseadas na completude e na identidade fixa.

A filósofa Beauvoir (1949), a partir de uma abordagem existencialista, sustenta que “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”, deslocando o feminino da ordem da natureza para o campo da construção social e simbólica. Em sua obra, a autora evidencia que a subjetividade feminina é formada a partir de discursos sociais que naturalizam papéis de gênero e impõem limitações à liberdade feminina. A mulher, nesse processo, é frequentemente posicionada como o “*Outro*” do homem, o que restringe sua autonomia e impede a plena realização de sua subjetividade.

Na contemporaneidade, autoras como Butler (1990) e Gilligan (1990) aprofundam essa discussão, enfatizando que o gênero não é uma essência, mas uma construção performativa reiterada socialmente. Butler, em especial, propõe que a identidade de gênero resulta de atos performativos regulados por normas culturais, sendo, portanto, passível de subversão e reconfiguração. Gilligan, por sua vez, destaca as especificidades da moralidade feminina, estruturada a partir de relações e vínculos afetivos, em contraposição aos modelos tradicionais baseados na justiça abstrata.

Sob o enfoque psicanalítico, a construção do feminino envolve o atravessamento pelo olhar do Outro, a relação com a alteridade e o reconhecimento simbólico da diferença. A criança, ao identificar-se com a mãe, internaliza representações de feminilidade que serão, ao longo do desenvolvimento, confrontadas e ressignificadas por outras instâncias relacionais e simbólicas. Nesse percurso, a presença ou ausência da função paterna e a qualidade das primeiras

experiências afetivas desempenham papel determinante, conforme assinala Mitre (2010).

3.3 CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA AUSÊNCIA PATERNA

Sganzerla e Levandowski (2010) identificaram, em seu estudo, que adolescentes do sexo feminino com histórico de ausência paterna tendem a apresentar maior vulnerabilidade ao envolvimento precoce em relações amorosas caracterizadas por dependência afetiva. Tal fragilidade emocional, conforme as autoras, está relacionada à carência de um referencial estruturante de alteridade e reconhecimento, elementos fundamentais para o desenvolvimento saudável da identidade subjetiva.

Adicionalmente, pesquisas clínicas mais recentes indicam que a ausência da função paterna associa-se ao aumento de sintomas depressivos e à incidência de transtornos de ansiedade em meninas. A carência simbólica da figura paterna compromete processos psíquicos essenciais, como a constituição do superego e o desenvolvimento da capacidade de autocontenção, dificultando a elaboração de frustrações e a formação de um Eu coeso e resiliente diante das exigências da realidade.

A ausência paterna pode manifestar-se de distintas formas, seja pela ruptura da convivência cotidiana em decorrência de separações conjugais, falecimentos ou afastamentos ocasionais, seja pela indisponibilidade afetiva do genitor, mesmo quando este está fisicamente presente (Almeida; Hardy, 2007).

Tais formas de ausência, ainda que heterogêneas, compartilham o potencial de provocar discontinuidades no processo de constituição psíquica do sujeito. Particularmente nas últimas décadas, as transformações socioculturais nas estruturas familiares tornaram esse fenômeno mais recorrente, exigindo uma reavaliação da função simbólica tradicionalmente atribuída ao pai (Benczik, 2011).

No campo da psicanálise, a ausência da função paterna — entendida enquanto operador simbólico da Lei — compromete a inserção do sujeito na ordem da linguagem, afetando a constituição do desejo e o processo de separação da díade mãe-bebê. Lacan (1969/1970) destaca que essa função é responsável por instaurar a alteridade e limitar o gozo absoluto, promovendo o descentramento

necessário à formação de um ego autônomo. Quando tal função falha, observa-se uma fragilidade na capacidade de simbolização, o que pode manter o sujeito em uma relação fusional com a figura materna (Dolto, 1986).

A ausência do pai enquanto representante da interdição simbólica pode comprometer significativamente a construção da alteridade. Nesse cenário, é comum o surgimento de dificuldades relacionais, baixa autoestima, carência afetiva e insegurança emocional. Mitre (2010), em suas investigações com adolescentes, identificou que a ausência paterna se associa a uma maior incidência de instabilidade emocional, sentimentos de rejeição e dificuldades em lidar com figuras de autoridade.

No caso do desenvolvimento da identidade feminina, a falta da função paterna repercute de modo particular. Benjamin (1996) sustenta que o olhar paterno funciona como mediador simbólico, possibilitando à menina constituir-se como sujeito de desejo e não apenas como extensão do desejo materno. Sem essa mediação, a identidade feminina pode desenvolver-se de maneira fragilizada, acompanhada de inseguranças corporais, conflitos de autoimagem e dificuldades na vivência da sexualidade.

Ainda que a ausência física do pai exerça impacto, é a ausência simbólica — ou seja, a falha na nomeação e mediação — que se revela mais determinante na constituição subjetiva (Kupfer, 1999). Quando nenhuma figura ocupa simbolicamente esse lugar, observa-se o risco de fixações pré-edípicas e déficits na estruturação do ego. No entanto, conforme ressalta Winnicott (1983), a presença de um ambiente suficientemente bom, que ofereça holding e contenção emocional, pode amenizar os efeitos da ausência paterna, viabilizando reorganizações subjetivas ao longo do desenvolvimento.

3.4 ALTERNATIVAS PARA FORTALECER O FEMININO APESAR DA AUSÊNCIA PATERNA

A constituição de redes de apoio afetivo, tais como grupos comunitários, instituições escolares e centros de acolhimento, revela-se de significativa importância no processo de fortalecimento da subjetividade feminina. Tais redes configuram-se como espaços de escuta qualificada, validação simbólica e

ressignificação de vivências, favorecendo a elaboração de narrativas identitárias mais coesas e integradas por parte das jovens.

Paralelamente, a implementação de práticas de educação emocional, bem como a formulação e execução de políticas públicas voltadas à saúde mental de meninas inseridas em contextos de vulnerabilidade social, constituem estratégias essenciais para o enfrentamento dos efeitos da ausência paterna. Nesse sentido, Sganzerla e Levandowski (2010) ressaltam a relevância das ações intersetoriais — articulando família, escola e serviços de saúde — como dispositivos eficazes na promoção de recursos psíquicos que favoreçam o desenvolvimento emocional e subjetivo dessas adolescentes.

Ainda que a ausência da função paterna represente um fator de risco relevante na constituição subjetiva, especialmente no que tange à formação da identidade de gênero, a psicanálise contemporânea reconhece a possibilidade de essa função ser exercida por outras instâncias simbólicas. A concepção lacaniana da função paterna, conforme delineada nos Seminários (1969–1970), desvincula-se da figura biológica do pai, sendo definida como uma função simbólica de mediação, limite e reconhecimento. Dessa forma, a ausência do pai em termos reais não implica, necessariamente, o colapso estrutural da subjetividade, desde que outra figura ou instância assuma tal função.

A ressignificação da ausência paterna pode ser viabilizada por meio da presença de figuras substitutivas que operem simbolicamente como referências de alteridade. Avós, educadores, irmãos mais velhos e outros cuidadores podem, conforme destacado por Roudinesco (2003), desempenhar a função de nomeação e separação, desde que estejam simbolicamente autorizados a ocupar esse lugar. Essa possibilidade se mostra particularmente relevante em contextos familiares plurais, nos quais o modelo tradicional de paternidade cede lugar a arranjos mais diversificados. Para Morin (2001), reconhecer a legitimidade dessas diferentes formas de parentalidade é essencial à compreensão da subjetividade contemporânea.

A psicoterapia, em especial quando fundamentada em abordagens psicanalíticas, constitui um espaço privilegiado para a elaboração da falta e para a reconstrução simbólica da identidade. Green (1993) argumenta que, ao ser escutado em sua singularidade, o sujeito tem a possibilidade de ressignificar experiências de ausência e elaborar novas identificações, promovendo a integração de aspectos

fragmentados do eu. Assim, o fortalecimento do feminino torna-se possível por meio da constituição de um espaço interno capaz de sustentar o desejo e operar simbolicamente a separação.

Para além do âmbito clínico, políticas públicas que incentivem o fortalecimento dos vínculos familiares e promovam modelos positivos de feminilidade podem contribuir significativamente para o empoderamento de meninas e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Perrot (1992) ressalta a importância do acesso a narrativas históricas que valorizem a autonomia feminina, a inteligência e a criatividade como fundamentos da identidade de gênero.

Neste sentido, a promoção da autonomia feminina envolve também a inserção no mercado de trabalho e a conquista de independência econômica. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010) destaca a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso das mulheres ao trabalho formal e que reduzam as desigualdades estruturais que mantêm a exclusão e a dependência econômica. Tais medidas não apenas fortalecem o feminino em termos sociais, mas também produzem efeitos subjetivos relevantes, ampliando o sentimento de agência e reconhecimento.

4 DISCUSSÃO

As discussões evidenciam que a constituição do feminino se estrutura, desde os primórdios do desenvolvimento psíquico, em torno das experiências de reconhecimento e separação, dimensões que remetem às primeiras inscrições no campo do Outro. Conforme apontado por Freud (1913), a entrada do sujeito na cultura requer a renúncia a satisfações pulsionais imediatas, reguladas pela função de interdito, cuja expressão mais primitiva se dá na figura do pai totêmico. Lacan (1998), ao retomar essa formulação, propõe a noção de Nome-do-Pai como significante primordial que instaura a Lei simbólica, operando o corte necessário à diferenciação entre sujeito e Outro materno. Assim, a ausência da função paterna, quando não simbolizada, tende a produzir efeitos desestruturantes, como angústia difusa, instabilidade identificatória e desorganização dos vínculos afetivos.

Contudo, os relatos clínicos analisados evidenciam que a função paterna não se limita à presença empírica do pai biológico, podendo ser assumida por figuras substitutivas, desde que simbolicamente legitimadas. Segundo Lacan (1999), "a

função do pai [...] é, antes de tudo, simbólica" (p. 467), e sua eficácia reside menos na presença concreta do genitor do que na operação significativa que inscreve o sujeito na ordem da Lei. Observou-se, em diversos casos, que mães capazes de nomear simbolicamente a ausência paterna e sustentar o interdito desempenharam papel fundamental na organização psíquica das filhas. Tais dados reforçam a hipótese de que o simbólico prevalece sobre o biológico na constituição subjetiva, em consonância com o princípio lacaniano de que "a função do pai é fazer existir a Lei como tal no desejo" (LACAN, 1998, p. 271).

Os dados obtidos confirmam a relevância da função paterna como elemento estruturante na constituição psíquica, especialmente no processo de desenvolvimento do feminino. Embora a presença física do pai seja valorizada sob o ponto de vista cultural, observou-se que sua atuação simbólica exerce maior influência — compreendida como a função de mediação entre mãe e filha, a inscrição da Lei e o reconhecimento do sujeito enquanto distinto. Tal constatação dialoga diretamente com o conceito lacaniano do "Nome-do-Pai", cuja ausência simbólica compromete a entrada da criança no campo da linguagem e da cultura.

Nos casos em que essa função se encontrava ausente ou fragilizada, as participantes relataram dificuldades significativas no estabelecimento de limites, na identificação de seus próprios desejos e na construção de uma imagem de si mais autônoma. Essas manifestações corroboram as formulações de Freud (1910) e Lacan (1923) sobre a importância da resolução do Complexo de Édipo e da saída da díade mãe-bebê. Nesse contexto, a ausência paterna revelou-se não apenas física, mas também simbólica, manifestando-se em vínculos pouco estruturantes ou marcados pela indiferença.

Em relação à construção do feminino, os resultados evidenciaram a centralidade de referenciais identificatórios saudáveis. A identificação com a figura materna constitui a primeira via de subjetivação; contudo, sua manutenção exclusiva, sem a mediação paterna, pode acarretar entraves psíquicos. As narrativas das participantes indicam que, na ausência dessa mediação, muitas permaneceram vinculadas a modelos idealizados ou depreciativos do feminino, o que contribuiu para o reforço de sentimentos de insegurança, baixa autoestima e conflitos relacionados à imagem corporal.

Nesse ponto, destaca-se a contribuição de autoras como Beauvoir, Butler (2023) e Gilligan (1990), cuja produção teórica permite compreender que a

construção do feminino não se limita à dimensão biológica, mas constitui um percurso relacional atravessado por experiências emocionais, linguagem e cultura. A conhecida afirmação de Beauvoir — “não se nasce mulher, torna-se mulher” — sintetiza esse entendimento e revela como lacunas simbólicas podem afetar negativamente esse processo.

Contudo, o estudo também demonstrou que, mesmo diante da ausência paterna, o feminino pode ser ressignificado. Algumas participantes relataram experiências de substituição simbólica da função paterna por outras figuras significativas, como avós, professores, mães que assumiram o lugar do pai ou terapeutas. Esses dados sustentam a hipótese de que a função paterna pode ser exercida por diferentes instâncias, desde que cumpram a função de mediação com a alteridade.

Outro aspecto de destaque refere-se ao papel da psicoterapia e da escuta especializada enquanto espaços de elaboração simbólica. Para determinadas participantes, o ambiente terapêutico funcionou como campo propício à reorganização de identificações e ao surgimento de novos sentidos sobre o feminino. Tais achados dialogam com autores como Green (1993) e Winnicott (1983), que enfatizam a importância dos espaços transicionais para o desenvolvimento emocional e a simbolização das faltas.

Além disso, a contribuição de Soler (2001) é pertinente ao reforçar que a falta é estrutural e fundamental para o desejo, sendo a sua simbolização o que permite ao sujeito desenvolver-se de forma mais integrada. Kehl (2000), por sua vez, alerta para a forma como a cultura contemporânea nega essa falta, promovendo ideais de completude que, na prática, dificultam a elaboração das frustrações psíquicas.

Na discussão sobre o feminino, as ideias de Beauvoir (1949/2009) permanecem centrais, ao enfatizar que a identidade de gênero se constrói social e subjetivamente. Esse entendimento se articula às contribuições de Butler (1990) e Gilligan (1990), que abordam a performatividade de gênero e a importância das relações interpessoais no processo de construção identitária.

Autores como Irigaray (1977) e Kristeva (1980) também contribuem com críticas à visão psicanalítica tradicional, propondo compreensões do feminino que escapam à lógica fálica e ao binarismo da castração, apontando para uma leitura que valoriza a singularidade e a potência dessa dimensão.

Por fim, Morin (2001) e Perrot (1992) ampliam o escopo ao destacar a importância da pluralidade familiar e da valorização das narrativas femininas na formação da subjetividade. Nessa perspectiva, o fortalecimento do feminino não depende unicamente da figura paterna, mas da existência de espaços simbólicos que promovam reconhecimento, diferenciação e nomeação.

Além disso, políticas públicas que promovam a autonomia e a inclusão social das mulheres, como as propostas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (2010), cumprem um papel fundamental no reforço simbólico do feminino, ao oferecer referências identificatórias que ultrapassam o núcleo familiar e contribuem para a constituição de uma subjetividade mais livre e desejante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo refletir, a partir da psicanálise, sobre os impactos da ausência paterna no desenvolvimento da identidade feminina, especialmente no processo de tornar-se mulher. Foi possível compreender que a função paterna vai além da presença física do pai. Trata-se de uma função simbólica que tem como papel principal mediar a relação entre a criança e a mãe, possibilitando a entrada no mundo da linguagem, da cultura e do desejo.

A ausência dessa função, principalmente em sua dimensão simbólica, pode dificultar o desenvolvimento emocional e a construção de um feminino autônomo. Quando não há essa mediação, ou ela é frágil, podem surgir sentimentos de insegurança, baixa autoestima, dificuldades nos relacionamentos e conflitos com a própria imagem e sexualidade. A menina, nesse contexto, pode ter dificuldades em reconhecer-se como um sujeito desejante, com vontade própria e identidade singular.

Entretanto, os resultados também indicaram que essa função simbólica não precisa ser exercida apenas pelo pai biológico. Outras pessoas, como avós, professores, mães ou cuidadores próximos, podem ocupar esse lugar, desde que sejam capazes de estabelecer limites, promover o reconhecimento da criança como alguém separado da mãe e oferecer apoio emocional. Isso mostra que a constituição da subjetividade feminina não depende de uma estrutura familiar tradicional, mas da existência de vínculos que favoreçam a simbolização e o desenvolvimento do desejo.

Além disso, foi possível perceber a importância da psicoterapia como espaço de escuta e elaboração das faltas e das dores relacionadas à ausência paterna. A clínica psicanalítica oferece a possibilidade de reconstrução simbólica da história pessoal, favorecendo a construção de um lugar mais firme para o feminino e fortalecendo o sujeito diante de suas fragilidades. A simbolização da falta, nesse sentido, não é vista como algo negativo, mas como condição para a existência do desejo e da singularidade.

Cabe também destacar o papel das políticas públicas na promoção da autonomia feminina. O acesso à educação, à cultura, ao trabalho e a representações positivas sobre o feminino contribui para que meninas e mulheres possam se reconhecer como capazes, potentes e livres para desejar e construir suas próprias trajetórias. Essas ações são fundamentais para garantir não apenas inclusão social, mas também para o fortalecimento subjetivo das mulheres.

Desse modo, infere-se que a construção do feminino é um processo complexo e contínuo, atravessado por experiências psíquicas, afetivas e sociais. A ausência paterna pode representar desafios importantes, mas não determina, por si só, um destino de sofrimento. A presença de outras figuras mediadoras, a escuta terapêutica e a valorização da diversidade nas experiências femininas possibilitam caminhos de reconstrução e fortalecimento. Tornar-se mulher, portanto, é um percurso simbólico singular, feito de encontros, faltas, desejos e significações, onde cada sujeito pode afirmar sua existência de maneira própria e potente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. M. de; HARDY, E. E. Paternidade e cuidado: um estudo com homens de camadas médias. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247–255, 2007.

BENCZIK, E. B. P. A nova configuração da paternidade na contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 580–595, 2011.

BENJAMIN, Jessica. In: *Lazos de amor: los límites de la autonomía en las relaciones de objeto*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

BEAUVOIR, Simone de. In: *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BLEICHMAR, Silvia. In: *La fundación del inconsciente*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

BIRMAN, Joel. In: *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BUTLER, Judith. In: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOLTO, Françoise. In: *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FREUD, Sigmund. O ego e o id (1923). In: *Obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. A sexualidade feminina (1931). In: *Obras completas de Sigmund Freud*. v. 6. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. A feminilidade (1933). In: *Obras completas de Sigmund Freud*. v. 6. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GILLIGAN, Carol. In: ***In a different voice: psychological theory and women's development***. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

GREEN, André. In: ***O pensamento clínico: sujeito e intersubjetividade na clínica psicanalítica***. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1993.

IRIGARAY, Luce. In: ***Este corpo que não é o meu***. Tradução de Maria Betânia de Araújo; Sandra B. L. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Rocco, 1977.

JUNG, Carl G. In: ***A dinâmica do inconsciente***. Petrópolis: Vozes, 2000.

KEHL, Maria Rita. In: ***A mínima diferença***. São Paulo: Imago, 2000.

KRISTEVA, Julia. In: ***O texto do psicanalista***. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

KUPFER, Maria C. M. In: ***O que pode um pai? Psicanálise e função paterna***. São Paulo: Escuta, 1999.

LACAN, Jacques. In: ***O seminário, livro 5: As formações do inconsciente (1957-58)***. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. In: ***O seminário, livro 20: Mais, ainda (Encore) (1972-73)***. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In: ***Escritos***. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. In: ***Fundamentos de metodologia científica***. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANNONI, Maud. In: ***O primeiro hiato: do latente ao manifesto***. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

MITRE, Maria Luiza S. *Função paterna e adolescência feminina: impasses da constituição do feminino*. In: ***Psicanálise e adolescência: teoria e clínica***. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MORIN, Edgar. In: ***Os sete saberes necessários à educação do futuro***. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2001.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. ***Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios***. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <<http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/Igualdade%20Trabalho.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

PORGE, Erik. *O retorno ao nome-do-pai*. In: RASSIAL, Jean-Jacques (Org.). ***O retorno ao nome-do-pai: clínica das psicoses***. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2013.

ROUDINESCO, Élisabeth. In: **O pai: o que resta da paternidade?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SGANZERLA, E. P.; LEVANDOWSKI, D. C. A ausência paterna na contemporaneidade: fatores de risco e proteção. **Psico**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 195–202, 2010.

SOLER, Colette. In: **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, Donald W. In: **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.